

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.569 - RN (2019/0350767-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**SUSCITANTE** : **SAFE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **TÚLIO GOMES CASCARDO - PE025454**  
                  **CAMILA GUEDES DE SOUZA - RN008041**  
                  **DANILO MEDEIROS BRAULINO - RN011231**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DE NATAL - RN**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE NATAL - RN**  
**INTERES.** : **MARIA DE FATIMA AZEVEDO DE MEDEIROS**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido de antecipação de tutela, sendo suscitante SAFE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, tendo como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DE NATAL - RN e o JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE NATAL - RN.

A suscitante alega que 9/6/2016 foi deferido o processamento do seu pedido de recuperação judicial em feito que se encontra tramitando perante o JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DE NATAL - RN.

Esclareça-se, por oportuno, que o feito, autuado sob o nº 0814527-65.2016.8.20.5001, foi redistribuído, em 18/12/2018, em virtude de criação de unidade judiciária de competência exclusiva, qual seja, o JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL FALÊNCIA E MEIO AMBIENTE DE NATAL - RN.

Sustenta que, a despeito de ter sido informado sobre o deferimento do processamento da recuperação judicial, o JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE NATAL - RN, nos autos do processo nº 0000105-65.2017.5.21.0003, deu prosseguimento a atos expropriatórios em ação movida contra a recuperanda, determinando ou mantendo ordens de bloqueio nas contas da empresa.

Defende que o Juízo universal "(...) *é indivisível e competente para todas as ações e reclamações sobre os interesses da empresa em recuperação judicial*" (fl. 7 e-STJ) e que apenas

*"(...) caberia ao D. JUÍZO TRABALHISTA SUSCITADO processar e julgar a reclamação trabalhista em questão para, restando comprovados por sentença à existência dos créditos e, após a liquidação dos valores, o D. JUÍZO responsável pela recuperação judicial dar cumprimento a esta sentença nos termos do art. 6º, § 2º da Lei nº 11.101/2005, determinando a reserva do crédito e posterior habilitação no quadro de credores"* (fl. 8 e-STJ).

Nesse contexto, pleiteia a antecipação de tutela para tornar sem efeito os atos de constrição nas suas contas, com a liberação dos valores bloqueados, bem como para proibir que outros atos da mesma natureza sejam determinados em ações individuais que porventura venham a ser propostas. Requer, ainda, a designação do Juízo primeiro suscitado para resolver provisoriamente todas as medidas urgentes.

Ao final, pugna pela confirmação da medida liminar com o acolhimento integral do conflito para que se reconheça a competência universal do juízo recuperacional para a realização de atos constritivos.

É o relatório.

**DECIDO.**

O pedido de liminar deve ser parcialmente deferido.

De início, indefiro o pedido genérico da suscitante de proibição de atos constritivos em ações futuras contra a recuperanda, haja vista que a caracterização do conflito de competência há de ser objetivamente demonstrada. O acatamento de tal pedido resultaria no reconhecimento implícito de conflito de competência preventivo, não abrangido pelas hipóteses do artigo 66 do Código de Processo Civil de 2015. Nesse sentido: CC nº 111.232/SP, Relatora Ministra Nancy Andrigli, DJe 23/4/2010.

Deve ser indeferido o pedido de devolução ou levantamento de eventuais valores e bens bloqueados ou penhorados. Em se tratando de conflito de competência, não há falar em levantamento da constrição realizada nos autos, mas, sim, se for o caso, de remessa dos bens ao juízo competente, qual seja, o da recuperação, para que este adote as providências cabíveis. Essa é a linha adotada por mim nos EDcl no CC nº 115.254 (DJe 30.9.2011) e também pelo Ministro Luis Felipe Salomão nos EDcl nos CC's nºs 112.300 (DJe 17.5.2011), 109.805 (DJe 10.2.2011) e 112.301 (DJe 2.2.2011).

Assim, indefiro, por ora, também o pedido alternativo de transferência imediata de eventuais valores bloqueados para o Juízo universal, postergando o exame de tal providência para o julgamento final do presente conflito.

No mais, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que, no caso de deferimento da recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo-lhe vedada a prática de qualquer ato executório que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação.

Nesse sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA.  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CREDOR TRABALHISTA. APROVAÇÃO DO**

# Superior Tribunal de Justiça

*PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. DECISÃO LIMINAR RECONHECENDO A EXISTÊNCIA DE CONFLITO. FIXAÇÃO PROVISÓRIA DE COMPETÊNCIA.*

*1. Após aprovado e homologado o plano de recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a ações expropriatórias movidas contra a empresa devedora.*

*2. O Superior Tribunal de Justiça também já decidiu que, na recuperação judicial, a competência de outros juízos se limita à apuração de respectivos créditos, sendo vedada a prática de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação.*

*3. Agravo regimental não provido."*

(AgRg no CC nº 132.285/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Segunda Seção, julgado em 14/5/2014, DJe 19/5/2014)

Diante do exposto, concedo a liminar para determinar a suspensão dos atos constitutivos perpetrados na ação trabalhista nº 0000105-65.2017.5.21.0003, em curso perante o JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE NATAL - RN, tão somente em relação à empresa recuperanda.

Designo o JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DE NATAL - RN para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes, até ulterior deliberação no presente conflito.

Oficiem-se aos Juízos suscitados, com urgência, comunicando a liminar e solicitando informações, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 197 do RISTJ).

Detalhe o Juízo da recuperação se o crédito trabalhista acima indicado encontra-se arrolado no plano de recuperação judicial, se a devedora vem cumprindo o plano apresentado e qual o estágio em que se encontra o procedimento.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal para parecer (artigo 198 do RISTJ).

Publique-se.

Intime-se.

Comuniquem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator